

A Mudança Social no Contexto de uma Pluralidade de Sujeitos Políticos: contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek para a Psicologia Política

Social Change in the Context of a Plurality of political Subjects: theoretical contributions of Ernesto Laclau, Chantal Mouffe and Slavoj Zizek to Political Psychology

El Cambio Social en el Contexto de una Pluralidad de Sujetos Políticos: aportes teóricos de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe y Slavoj Zizek para la Psicología Política

Frederico Costa *

fredericoalvescosta@gmail.com

Resumo

Concebendo a psicologia política como um campo de fronteiras disciplinares propomos debater a noção de mudança social a partir das contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek. Compreendemos que as condições histórico-políticas contemporâneas, caracterizadas pela crítica a teorias totalizantes, pela politização de diferentes formas de hierarquias sociais e emergência de uma pluralidade de sujeitos políticos têm acarretado na necessidade das ciências humanas repensarem conceitos importantes para análise da mudança social como emancipação, direitos, sujeito, político, política; bem como (re)construção de estratégias políticas capazes de promover sociedades democráticas comprometidas com a promoção de justiça social. Deste modo, discutimos neste trabalho como pensar a mudança social, na busca de se construir sociedades mais justas e igualitárias, num contexto histórico contemporâneo marcado pela pluralidade de sujeitos políticos.

Palavras-chave

Teoria democrática, Mudança social, Emancipação, Hegemonia, Pluralidade de sujeitos políticos.

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e pesquisador do Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Costa, Frederico. (2012). A Mudança Social no Contexto de uma Pluralidade de Sujeitos Políticos: contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek para a Psicologia Política. *Psicologia Política*, 12(25), 571-590.

Abstract

Considering the political psychology as a field of disciplinary boundaries, this paper discusses the possibility of rethinking the notion of social change through the theoretical contributions of Ernesto Laclau, Chantal Mouffe and Slavoj Žižek. Given the contemporary historical political conditions — which is characterized by the critique of totalizing theories and by the politicization of different social hierarchy forms, as well as by the emergency of a plurality of political subjects — it has become necessary for the Human Sciences to rethink important concepts in order to analyze social changes, such as: emancipation, rights, subject, political, politics; as well as a (re)construction of political strategies capable of promoting democratic societies engaged with social justice. Thus this paper discusses the possibility of social change in the search of building a fairer and more egalitarian society in the contemporary historical context which is characterized by the plurality of political subjects.

Keywords

Democratic theory, Social change, Emancipation, Hegemony, Plurality of political subjects.

Resumen

Concebimos la psicología política como un campo de las fronteras disciplinarias y en este artículo se discute la noción de cambio social a partir de los aportes teóricos de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe y Slavoj Žižek. Entendemos que las condiciones históricas y políticas en la contemporaneidad, caracterizadas por la crítica de las teorías totalizadoras, la politización de las diferentes formas de las jerarquías sociales y la emergencia de una pluralidad de sujetos políticos han conllevado la necesidad de las humanidades replantearen conceptos importantes para el análisis del cambio social, tales como la emancipación, derecho, sujeto, político. Del mismo modo, se hace necesario (re)construir estrategias políticas que sean capaces de desarrollar sociedades democráticas comprometidas con la promoción de la justicia social. Por lo tanto, se discute en este trabajo la forma de pensar sobre el cambio social, tratando de construir sociedades más justas y igualitarias, en un contexto histórico marcado por la pluralidad de los sujetos políticos.

Palabras clave

Teoría de la democracia, Cambio social, Emancipación, Hegemonía, Pluralidad de sujetos políticos.

Introdução

Neste trabalho discutiremos as possibilidades de mudança social frente à compreensão que condições histórico-políticas contemporâneas, caracterizadas pela crítica às “grandes narrativas”, pela politização de diferentes formas de hierarquias sociais e emergência de uma pluralidade de sujeitos políticos têm exigido que as ciências humanas repensem conceitos e estratégias de se ampliar direitos democráticos.

O debate aqui apresentado aborda como problema central: como pensar a mudança social, na busca de se construir sociedades mais justas e igualitárias, num contexto histórico contemporâneo marcado pela pluralidade de sujeitos políticos?

Esta discussão é de grande valia para a psicologia política na medida em que contribui para a compreensão de fenômenos políticos importantes para este campo de conhecimento como a constituição de sujeitos políticos, processos de ação coletiva, e sobre própria noção de mudança social. Cabe considerarmos que a psicologia política é um campo de fronteiras disciplinares, constituído a partir de diferentes perspectivas teóricas, implicando inclusive em distintos modos de se conceber a própria psicologia política (Montero & Dorna, 1993; Sandoval, 1997; Prado, 2001, 2007; Dorna, 2002; Montero, 2009; Rosa & Silva, 2012).

Buscamos contribuir para este campo de conhecimento a partir da problematização de pressupostos marxistas referentes à mudança social e da afirmação de um aspecto central na análise da mudança social no contexto contemporâneo: a “articulação” entre diferentes identidades políticas numa perspectiva que não recorra a identidades pré-determinadas e a uma pré-determinação da história.

Primeiramente, apresentaremos alguns elementos-chave propostos por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe como fundamentais para a análise das ações coletivas e para a noção de mudança social na sociedade atual. Posteriormente, problematizaremos algumas críticas feitas por Slavoj Žižek à proposta teórica de Ernesto Laclau, de modo a contribuir para o debate nas ciências humanas sobre as possibilidades de construção da democracia num contexto marcado pela pluralidade de sujeitos políticos. Por fim, retomaremos considerações de Laclau e Mouffe e apontaremos contribuições desta perspectiva teórica para a psicologia política e para um projeto para a esquerda¹.

Laclau e Mouffe: contingência, cadeia de equivalência, hegemonia

De acordo com Laclau (1993a), o clima intelectual das últimas décadas tem trazido uma crescente consciência dos limites, seja o limite da razão, seja o limite dos valores e ideais, seja o limite decorrente da crise da noção de vanguarda cultural. Diante disso, Laclau (1993a) se posiciona de modo a não afirmar nem uma perspectiva niilista, pois isso acarretaria em uma

¹

Reconhecemos a necessidade de distinguir as perspectivas de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, devido a maior parte de seus trabalhos serem de autoria individual. Contudo, aqui utilizamos, em vários momentos, discussões apresentadas no livro publicado em conjunto pelos dois autores, em 1985: *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a radical democratic politics*. Livro no qual os autores apresentam premissas da teoria democrática radical. Com exceção das discussões ligadas diretamente a este livro e a aspectos que consideramos que ambos compartilham, buscaremos deixar claro quais são as considerações teóricas de Laclau e quais são as de Mouffe. Nossa maior preocupação neste texto são com as considerações de Laclau e Žižek.

pura indeterminação da sociedade e na impossibilidade de um discurso coerente, nem uma perspectiva defensora da razão, como faz Habermas, pois acredita que a crise da razão propicia uma crítica radical a toda forma de dominação, bem como a formulação de projetos de liberdade, tratados até então sob a hegemonia do racionalismo iluminista, criando possibilidades, portanto, para uma política progressista radical.

Mouffe (2000), também na busca de compreender as sociedades contemporâneas, afirma, a partir de sua concordância com Claude Leffort, que a principal distinção entre a democracia moderna e a democracia antiga encontra-se no fato da revolução democrática ter rompido com os marcos de certeza da sociedade, fazendo do poder um “lugar vazio” e possibilitando que nas últimas décadas as noções iluministas de razão universal, de sujeito autônomo racional e de natureza humana fossem colocadas em questão.

Ao mesmo tempo em que se afasta do racionalismo iluminista, Mouffe (2000) também se afasta de uma perspectiva marcada por um “pluralismo extremo”, uma vez que enquanto reconhece a possibilidade da construção de um denominador comum possível entre as diferentes identidades, o pluralismo extremo ao não reconhecer os limites do pluralismo para a construção de políticas democráticas, refuta qualquer possibilidade de construção de um “Nós” e impossibilita distinguir diferenças e desigualdades, obscurecendo, como a razão universal, as relações de poder e antagonismos.

Diante da indeterminação radical característica da sociedade moderna e de transformações históricas ocorridas nas últimas décadas – a saber, o declínio da classe trabalhadora como ator político nos países pós-industriais em decorrência de mudanças estruturais do capitalismo; a penetração crescente das relações capitalistas de produção a diferentes espaços da vida social que, juntamente com a burocratização do Estado de Bem-Estar Social, gerou novas formas de protesto social; a crise e o descrédito do modelo de sociedade implantado nos países socialistas, incluindo a promoção de novas formas de dominação estabelecidas em decorrência da ditadura do proletariado (Laclau, 1993b) – Laclau e Mouffe propõem que a construção de um projeto para a esquerda no tempo presente deve ser construído a partir de uma crítica à sociedade suturada, seja em decorrência da afirmação de totalidades essencialistas, seja pela essencialidade das diferenças diante da *dispersão* do universal.

Os autores buscam construir este projeto a partir da crítica e desconstrução de categorias do marxismo clássico, situando-se, assim, num terreno pós-marxista sustentado na consideração de que a teoria marxista pode auxiliar na construção de um novo pensamento para a esquerda através da “preservação de alguns de seus conceitos, transformação ou abandono de outros, e diluição de outros na infinita intertextualidade de discursos emancipatórios que a pluralidade do social tem modelado” (Laclau & Mouffe, 1985:05, tradução nossa). Este novo projeto é denominado pelos autores de projeto de democracia radical e plural: radical no sentido de buscar uma nova positividade do social, baseada no respeito ao direito de igualdade de todos os grupos subordinados; plural por reconhecer que esta nova positividade do social nunca pode ser plena, pois é continuamente penetrada por uma precariedade constitutiva, devendo a *igualdade* sempre ser limitada e complementada pela demanda da *liberdade* (Laclau & Mouffe, 1985).

Segundo Laclau (1993a), na obra de Marx, mais especificamente em *O Prefácio à Contribuição Crítica da Economia Política* e no *Manifesto Comunista*, observa-se, por um lado, uma teoria da história baseada na contradição entre forças produtivas e relações de

produção; por outro lado, uma descrição que *pressupõe* a natureza antagônica das relações de produção nas sociedades de classe, ou seja, a luta de classe.

A coerência lógica do esquema marxista depende, segundo Laclau (1993a), da possibilidade teórica de integrar a luta de classes à teoria geral da mudança histórica, sendo possível, a partir deste ponto, pressupor três saídas teóricas:

- a) Redução do antagonismo (luta de classes) à contradição força produtiva / relações de produção: esta redução se faz impossível pelo fato da luta de classes caracterizar-se por ser um *antagonismo sem contradição*, ou seja, a luta de poder entre grupos não tem como ser compreendida como inerente à contradição entre força produtiva e relações de produção, pois, apesar desta contradição implicar necessariamente num colapso interno às relações de produção, ela não acarreta automaticamente num enfrentamento entre grupos (sendo, assim, uma *contradição sem antagonismo*);
- b) Compreensão da luta de classes como inerente a forma das relações de produção, não por ser determinada pela contradição entre força produtiva e relações de produção, mas por existir um antagonismo necessário no capitalismo entre trabalhador assalariado e capitalista: esta consideração é impossível, segundo Laclau (1993a), pelo fato das relações capitalistas serem relações entre categorias econômicas, ou seja, entre vendedor da força de trabalho e comprador da força de trabalho, sendo as pessoas de carne-e-osso apenas sustentadoras destas relações. Assim, o antagonismo, ao invés de ser intrínseco às relações capitalistas, só é possível quando o trabalhador recusa a mais-valia, sendo este ato dependente de algo que exista na exterioridade da relação comprador-vendedor, pois não há nada nesta relação que sugira ser esta recusa uma condição lógica;
- c) Afirmação da presença irreduzível de um “exterior” à relação entre força produtiva e relações de produção, mas compreendendo este “exterior” na sua relação com o interior de modo preciso e racional, por exemplo, introduzindo o pressuposto da subjetividade do agente, de maneira a possibilitar a afirmação de que “o antagonismo é inerente às relações de produção, já que aquele tem se tornado um jogo de soma-zero entre o trabalhador e o capitalista” (Laclau, 1993a:27): esta saída implica em pressupor que as motivações dos trabalhadores se guiam, assim como a do capitalista, pela maximização da ganância, naturalizando a motivação dos mesmos, e, além disso, contrariando qualquer relação entre classe trabalhadora e socialismo. Também implica em não reconhecer que o antagonismo não se constrói como interno à lógica do contrato entre trabalhador e capitalista, e sim na crítica a este contrato, de modo a demonstrar as desigualdades que ele pressupõe, negando o trabalhador a reproduzir o papel de trabalhador que lhe é atribuído por este contrato, condição que só é possível a partir da existência de um elemento exterior à própria relação de produção.

Diante da insuficiência destas três alternativas de articulação entre a teoria geral da história e a luta de classe, Laclau (1993a) enfatiza que é possível afirmar que o antagonismo entre trabalhador e capitalista não é inerente à relação de produção e sim proveniente de uma relação entre a relação de produção e algo que o agente é fora dela (o fato, por exemplo, de que diante do baixo salário, não pode ter o trabalhador acesso a uma vida decente, etc.), dependendo, portanto, as relações antagônicas de relações contingentes de poder entre forças que não podem ser submetidas a nenhum tipo de lógica unificada. Desse modo, a compreensão do antagonismo implica em analisá-lo não a partir de critérios abstratos e

racionalistas e sim no interior das possibilidades e condições históricas específicas – nas sociedades democráticas contemporâneas a revolução democrática, caracterizada pelo questionamento dos marcos de certeza e pelo discurso de igualdade e liberdade para todos, é uma condição histórica importante para a construção das diferentes lutas contrárias à subordinação que emergiram na sociedade desde o século XIX.

Laclau e Mouffe (1985) demonstram que mesmo os autores marxistas que buscaram superar o economicismo da teoria marxista – como Lênin, a partir da noção de “aliança de classes”, e Gramsci, com a noção de “bloco histórico” – reconhecendo a contingencialidade das condições históricas, seja pela necessidade da classe trabalhadora em assumir o papel da classe burguesa no contexto da Rússia dos fins do século XIX e início do XX, seja pela observação da emergência de diferentes antagonismos não reduzidos à esfera econômica e da fragmentação das posições de sujeito, acabaram por manter a ideia da esfera econômica como fundamento último das práticas hegemônicas. Assim, tais autores acabaram por utilizar a contingência, decorrente da expansão da revolução democrática, como uma forma de preencher um vazio na confirmação de uma “necessidade histórica”, reduzindo, assim, seu efeito nas articulações hegemônicas.

A preservação do postulado ontológico da luta de classes no debate marxista se pauta na manutenção de três teses básicas da teoria marxista que, segundo Laclau e Mouffe (1985), não se sustentam diante da contingencialidade do social aberta pela revolução democrática: a) tese da neutralidade das forças produtivas, ou seja, que as relações de produção respeitam leis necessárias alheias à intervenção consciente; b) tese da simplificação da estrutura social, acarretando numa divisão transparente entre os agentes a partir das relações de produção; c) tese do interesse histórico da classe trabalhadora no socialismo em decorrência da posição dos trabalhadores na estrutura social.

Na busca de se compreender os antagonismos contemporâneos através das condições históricas presentes e não a partir de categorias abstratas como aquelas mantidas pelos teóricos marxistas, segundo Laclau (1993a), a compreensão da pluralidade dos sujeitos políticos que emergem nas sociedades capitalistas contemporâneas e a construção de um projeto socialista e democrático do tempo presente, exigem o reconhecimento de quatro aspectos fundamentais à análise social contemporânea.

Um primeiro aspecto é a compreensão da negatividade como constitutiva a toda identidade, estando destinado ao fracasso qualquer projeto de pré-determinação da história. A negatividade implica em reconhecer a impossibilidade de uma objetividade plena, sendo o antagonismo o limite de toda objetividade, uma vez que ele não tem sentido objetivo senão o de impedir que a objetividade se constitua como tal (Laclau, 1993a).

É importante esclarecer que a noção de antagonismo difere da noção de contradição, sobretudo, pela última fundamentar-se num processo dialético no qual a negação é um momento interno e necessário ao próprio sistema, sendo ela absorvida numa síntese superior já contida nos elementos da tese e da antítese (Laclau, 1993a). Somente no interior da ideia de contradição que poderíamos deduzir logicamente da relação de produção a emergência do trabalhador como sujeito político. Teríamos um espaço suturado construído ao redor da oposição entre “A – não A”, caracterizado por identidades plenas que se contrapõem dialeticamente, sendo cada pólo a negação pura do outro (Laclau, 2006).

Diferentemente, a noção de antagonismo implica em um elemento de negação externo e contingente ao sistema, mas que, ao mesmo tempo, interage com o sistema, impedindo a

totalidade de qualquer identidade, não podendo ser dialeticamente recuperado pelo fato de possuir uma exterioridade em relação ao sistema. Neste caso temos a oposição entre A – B, onde B não pode ser reduzido a “não A”, pois o antagonismo não é interno ao sistema, negando aos agentes a plenitude de uma identidade. Ou dito de outro modo, é o antagonismo o limite de toda objetividade, resultando na compreensão de A (“eles”) como contingente e na conversão de um determinado número de demandas como o nome da totalidade ausente (“nós”), sendo esta a “essência B de B” (Laclau, 2006).

Diante do caráter contingente de toda objetividade é interessante apontar para a relação entre contingência e necessidade. Contingência para Laclau e Mouffe não significa completa ausência da necessidade, pois do contrário teríamos uma totalidade vazia e encontraríamos apenas pura indeterminação e impossibilidade de um discurso coerente. A plena contingência seria uma ameaça à democracia, pois implicaria na ausência de qualquer referência à unidade do social, quando esta, apesar de impossível, necessita ser mantida como um horizonte a fim de impedir a implosão social, ou seja, a inexistência de alguma referência comum entre os sujeitos.

A contingência não é tratada pelos autores como uma *negação frontal* à necessidade e sim como uma *subversão* desta, de modo que para que o antagonismo possa mostrar o caráter contingente de uma identidade esta tem que existir, tem que se pressupor a afirmação desta identidade. Do contrário não haveria possibilidade de emergência do “nós”, pois esta depende da afirmação da identidade do “eles”, de modo que a partir de um discurso externo à própria relação (como a afirmação dos ideais de igualdade e liberdade proporcionado pela revolução democrática) se reconheça a condição de opressão e, assim, a possibilidade de uma outra positividade do social. Ou seja, a emergência do “nós” se faz não por uma *negação frontal* ao “eles”, mas sim por uma *subversão* da sua identidade concebida como necessária e plena em uma identidade contingente e precária que impede a existência do “nós”, permitindo a construção de outras alternativas de sociedade.

Assim, o capitalista não é uma oposição externa ao trabalhador que acarretaria numa negação direta entre dois agentes com identidades e interesses constituídos (noção de contradição), mas um outro que, se impede a existência do trabalhador, ao mesmo tempo, possibilita – mediante o imaginário democrático – que o trabalhador emerja como um sujeito político ao reconhecer a contingencialidade da relação de subordinação, concebendo-a como relação de opressão, e afirmar uma nova positividade do social.

Cabe ressaltar que articulação entre a lógica subversiva da democracia, que acarreta na possibilidade de politização das relações de subordinação e emergência do sujeito político; e a lógica da positividade do social, que funda um ponto nodal, um “senso comum” entre as diferentes demandas sociais, a partir do qual a “fábrica do social” será reconstituída, é sempre uma articulação contingente, pois não há nenhum fundamento antropológico que as una.

Um segundo aspecto fundamental às relações sociais decorrente do caráter contingente de qualquer objetividade explicitado no aspecto anterior é a compreensão de que a institucionalização de uma objetividade é sempre um ato de poder, pois acarreta na exclusão de outras alternativas que lhe eram antagônicas e, exatamente por serem antagônicas, tiveram de ser suprimidas para que esta objetividade pudesse se afirmar. Dessa maneira, se toda objetividade é precária, isso decorre da impossibilidade de sua plenitude, devido constituir-se diante da existência de um exterior constitutivo, e pela relação da objetividade com isso que impede sua plenitude ser uma relação de poder, no sentido em que este outro, apesar de

existir, deve ser continuamente reprimido para que a objetividade se mantenha no lugar do instituído. A manutenção de uma objetividade e, conseqüente supressão do que lhe antagoniza, depende de contínuos deslocamentos das relações sociais e da possibilidade desta objetividade ser decorrência da articulação de um número cada vez maior de significantes, de modo a permitir uma unificação simbólica que abarque a heterogeneidade das diferentes demandas sociais.

Esta unificação simbólica, segundo Laclau (2005a), só é possível pela articulação destas demandas sociais não em torno de um significante que represente um significado apriorístico e fixo, e sim em torno de um significante “vazio” que ganha significação a partir de um processo de “nomeação”, decorrente da articulação das diferentes demandas que constituem a objetividade hegemônica, funcionando como um “ponto nodal”. Este “nome” que busca significar o significante “vazio” não representa nenhuma das demandas em sua particularidade, e sim é um elemento “singular” construído no processo de articulação das diferentes demandas e que pretende abranger toda heterogeneidade, convertendo-se, assim, no fundamento da “Coisa”, ou seja, da plenitude inalcançável, “que é somente uma ilusão retrospectiva que se substitui com objetos parciais que encarnam a impossível totalidade” (Laclau, 2006:651, tradução nossa).

Assim, a hegemonia é resultado de uma articulação contingente que desde o início encontra-se marcada pela ambigüidade e pela incompletude da objetividade e que, necessariamente, implica na repressão de outras alternativas também contingentes, constituindo-se, portanto, como uma relação de poder. Deste modo, o conceito de hegemonia entendido por Laclau e Mouffe é definido pela interação entre a objetividade, inerentemente incompleta, pois fundada sob a condição de um exterior constitutivo que a possibilita e, ao mesmo tempo, a nega; e as relações de poder inerente a relação mútua entre as diferentes objetividades possíveis, uma vez que a afirmação de uma objetividade, necessariamente, implica na exclusão das outras alternativas.

Esta compreensão do processo hegemônico possibilita entender os sujeitos, portanto, não como determinados por uma estrutura unificada e homogênea, e sim como a distância entre a estrutura indecível, pois sempre incompleta e contingente, e a tomada de decisão entre as diferentes possibilidades oferecidas pela estrutura, e que sempre implica na repressão de alternativas antagônicas a esta. Uma identidade é sempre a afirmação de uma objetividade ameaçada por se constituir a partir da repressão daquilo que a ameaça, ou seja, por ser sempre um ato de poder. A “essência” de uma identidade, desse modo, não se remete a um elemento interno e natural da própria identidade, e sim é decorrência da articulação de um conjunto de elementos contingentes que se hegemoniza a partir da exclusão daquilo que o ameaça.

O terceiro aspecto característico das relações sociais é a primazia do campo político sobre o campo social, na medida em que Laclau (1993a) compreende o campo social como aquele no qual uma objetivação se hegemoniza, produzindo um ocultamento da sua condição contingencial, assumindo uma forma de presença objetiva, sendo este momento denominado de *sedimentação*; e o campo político como aquele em que se verifica o momento de *reativação*, o qual não consiste em retornar ao momento de origem de institucionalização do instituído, e sim visibilizar a sua contingencialidade, através da emergência de antagonismo, demonstrando, assim, que a hegemonia é um ato de poder, e que uma sociedade reconciliada e transparente é um mito. Esta primazia do político, portanto, decorre da crítica de Laclau e Mouffe à noção de uma sociedade portadora de uma identidade orgânica, descrita a partir de

um ponto de vista universal, explicitando ambos, ao contrário desta perspectiva, que toda objetividade se constitui pela contingência e, diante da impossibilidade da plenitude, é sempre uma “nomeação” resultante de um processo hegemônico.

Por fim, o quarto aspecto a ser enfatizado é que toda estrutura social é uma estrutura histórica, em decorrência do caráter contingente de suas condições de existência, bem como o são todos os objetos, pelo fato de serem socialmente construídos e estruturados em sistemas de significação. Assim, não se faz possível afirmar uma objetividade estrutural básica que guiaria toda a história, devendo uma análise histórica não buscar um sentido objetivo da história, e sim desconstruir todo sentido, de modo a reconstituir as condições contingentes da emergência de toda objetividade (Laclau, 1993a).

Podemos compreender que Mouffe também compartilha estes quatro aspectos apresentados por Laclau (1993a) – contingência, poder, primazia do político e historicidade – na sua compreensão das relações sociais, os quais já podem ser observados na sua obra conjunta com Laclau: *Hegemonia e Estratégia Socialista: em direção a uma política democrática radical*.

Refletindo sobre a construção de um projeto socialista, Mouffe (1988) considera que este depende da passagem da pluralidade de antagonismos democráticos para a construção de lutas democráticas. Entende a autora os antagonismos democráticos como formas de resistência à subordinação, mas que não necessariamente conduzem a lutas democráticas; e estas são definidas como lutas políticas dirigidas a uma ampla democratização da vida social a partir da articulação entre os diferentes antagonismos democráticos. Esta passagem de antagonismos para lutas democráticas caracteriza-se não pela redução dos antagonismos democráticos a um sentido linear da história e a um sujeito histórico privilegiado – como pressupunha a teoria marxista clássica – mas por articulações constantes e contingentes entre diferentes antagonismos a partir da construção de cadeias de equivalência.

Neste sentido, cabe discutir dois outros conceitos fundamentais à obra de Laclau e Mouffe: os conceitos de articulação e de lógica da equivalência. O conceito de articulação pode ser entendido como uma relação entre “elementos”, ou seja, diferenças que não estão previamente ligadas em torno de um ponto de referência, denominado por Laclau e Mouffe de “ponto nodal”, que possibilita uma amarração destas diferenças que não apresentam nenhuma lógica interna de vinculação, acarretando na modificação das identidades dos elementos particulares.

É diante desta noção de articulação que se faz possível compreender a lógica de equivalência, remetendo-se esta não a uma mera aliança entre diferentes antagonismos democráticos, e sim a uma redefinição destes antagonismos na construção de um projeto hegemônico que expressa uma negação do sistema discursivo hegemônico, dividindo o espaço social e condensando significados em torno de dois pólos antagonônicos. Ao contrário da lógica da equivalência, Laclau e Mouffe definem a lógica da diferença, a qual se caracteriza pela afirmação da particularidade, sendo os únicos laços existentes com as outras particularidades de natureza diferencial, ao invés de antagonônica, sendo a particularidade incorporada dentro de um sistema social em expansão, colocando à margem a divisão do espaço social (Laclau & Mouffe, 1985; Howart & Stavrakakis, 2000; Laclau, 2005a), permanecendo a luta política no âmbito dos antagonismos democráticos.

A defesa pela necessária construção de lutas democráticas para se construir um projeto socialista, portanto, baseia-se na compreensão de que enquanto os antagonismos democráticos

referem-se à resistência a subordinações e desigualdades específicas, podendo, assim, ser articulados dentro de uma grande amplitude de discursos, indo desde a nova direita até os discursos da nova esquerda, uma vez que não marcam uma divisão do campo social; as lutas democráticas buscam construir uma nova hegemonia pautada na ampla democratização da vida social. Isso não implica em suturar o espaço social deslocado, pois o ideal de uma sociedade harmônica na qual todo poder tenha sido eliminado não é nada mais que um mito, e sim em subverter a lógica hegemônica instituída, mediante a visibilidade de sua contingência e a articulação de todas as forças democráticas contrárias à subordinação.

(Im)possibilidade da mudança social: um debate com Zizek

Segundo Zizek (2003a; 2007) a retirada na obra de Laclau da centralidade da classe social, a partir da defesa da indeterminação da luta política, considerando a luta de classe como somente mais uma forma de luta possível, acabou por acarretar numa postura teórica reformista que privilegia lutas identitárias particulares que longe de combater o sofrimento produzido pelo capitalismo, contribui para o esforço ideológico do capitalismo de invisibilizar a homogeneização produzida por ele, sendo estas demandas particulares incorporadas pelo próprio sistema capitalista.

Mais do que isso, segundo Zizek (2003a), a passagem de um sujeito unívoco e privilegiado da luta de classe para uma irredutível pluralidade de lutas políticas esconde uma importante questão: a consideração de que o capitalismo é a única opção, renunciando Laclau as alternativas de superação deste sistema. Esta renúncia, segundo Zizek (2003a), leva a questionar até que ponto ela acarreta não somente na perda da alternativa socialista, mas também na própria despolitização da política.

Para Zizek (2007) a política propriamente dita deve significar a “arte do impossível”, ou seja, objetivar a alteração do marco que determina o funcionamento das coisas, os parâmetros daquilo que se considera possível na conjuntura presente. Desse modo, o preço da despolitização da economia, caracterizada pela renúncia à substituição da lógica capitalista, ficando as lutas políticas reduzidas a lutas por reconhecimento de identidades marginais e pela tolerância das diferenças, que acabam por ser absorvidas pelo capitalismo, é a própria despolitização da política.

Contrariando esta consideração de Zizek (2003a; 2007) de que Laclau acaba por construir uma teoria “reformista” da sociedade, cabe considerar que Laclau e Mouffe enfatizam que a construção de uma luta hegemônica de esquerda implica na constituição de uma lógica da “equivalência” entre todas as demandas democráticas contrárias à subordinação, de modo que o espaço social seja dividido, condensando significados em torno de dois pólos antagônicos. Segundo Mouffe (1988), o projeto da esquerda baseado na lógica da equivalência possibilita questionar não só as relações estruturais da produção capitalista, mas também diferentes formas de subordinação interpeladas pelos movimentos sociais e que não se reduzem às arenas econômicas.

Além disso, a crítica de que as “lutas identitárias marginais”, defendidas por Laclau, acabam por ser incorporados pelo capitalismo, não o ameaçando, mas pelo contrario, contribuindo para a invisibilidade da homogeneização produzida por ele, pode ser problematizada a partir da distinção, apresentada anteriormente, entre o que Laclau e Mouffe denominam de lógica da equivalência e de lógica da diferença. A construção de cadeias de

equivalência entre as lutas políticas é exatamente a estratégia política enfatizada por Laclau e Mouffe para dificultar a assimilação e neutralização das mesmas dentro do projeto da direita, pelo fato de dividirem o espaço social em pólos antagônicos.

Ademais, de acordo com Laclau e Mouffe (1985), um projeto democrático radical não pode se reduzir à simples aceitação das mudanças possíveis no presente, pois a inexistência de uma utopia, ou seja, da possibilidade de negar uma ordem social para além do ponto em que somos capazes de ameaça-la, não permite a construção de nenhum imaginário radical, seja ele democrático ou não. Para estes autores, um projeto democrático radical só pode se constituir a partir de um equilíbrio instável entre o imaginário democrático, que permitiu a politização de relações de subordinação, e uma lógica de positividade do social, que funda um novo ponto nodal sobre o qual se busca reconstruir a fábrica do social.

Portanto, será mesmo que a não centralidade da luta de classe significa, necessariamente, uma despolitização da política? Será mesmo que o que se renuncia com a não centralidade da luta de classe é a possibilidade de outras alternativas de sociedade? Parece que o que Laclau e Mouffe renunciam verdadeiramente é a consideração de que exista um “marco de funcionamento das coisas” e que este seja, necessariamente, a dimensão econômica, afirmando que o radicalismo da dicotomia da sociedade encontra-se inteiramente na contingência.

Laclau (2003) afirma que a colocação por Zizek de que o “imaginário da democracia radical” acaba por aceitar o capitalismo como a única opção não significa nada, não passando este “anti-capitalismo” de Zizek de uma constatação vazia, já que não apresenta estratégias políticas de superação do capitalismo. Contra isso, Zizek (2003b) responde que essa postura de Laclau põe em relevo a escassez do pensamento atual de imaginar outra alternativa social viável que não o capitalismo global e, além disso, ressalta que o projeto da “democracia radical” “ou significa medidas paliativas para o controle do dano dentro do marco capitalista global ou [assim como foi dito sobre a sua postura “anti-capitalista”] não significa *absolutamente nada*” (:322, tradução minha).

Parece que Zizek acaba em sua defesa da centralidade da luta de classe por se aproximar da concepção economicista presente no marxismo clássico. Zizek (2003b) aponta para uma importante divergência com Laclau: para Zizek, apesar do antagonismo de classe aparecer como mais um na cadeia de antagonismos sociais, diferente dos outros, ele é a parte da cadeia que sustenta a possibilidade de emergência dos outros antagonismos, pois a pluralidade de subjetividades políticas é resultado do avanço da sociedade “pós-industrial”. Ou seja, o antagonismo de classe seria aquele que estruturaria o terreno sobre o qual múltiplos conteúdos particulares lutam pela hegemonia.

Laclau (2005b) afirma que o problema nesta posição de Zizek não está nele afirmar a existência de uma desigualdade entre os elementos na luta hegemônica, afinal nisto se baseia a teoria da hegemonia, na medida em que a hegemonia é o resultado de uma articulação contingente de diferentes demandas sociais que implica na repressão de outras alternativas também contingentes. O problema está em Zizek afirmar de princípio que o papel determinante corresponde necessariamente aos processos econômicos, tomando a economia como o fundamento da sociedade. A centralidade de uma demanda para Laclau (2005b) decorre não “no enraizamento dela dentro de uma geometria abstrata de efeitos sociais, como pretende Zizek, senão de sua articulação concreta com outras demandas em uma totalidade popular” (p. 296).

De acordo com Laclau (2006),

uma vez que se aceita que os antagonismos supõem um exterior radical, não existe razão para pensar que as localizações dentro das relações de produção serão pontos privilegiados do surgimento de antagonismos. O capitalismo contemporâneo gera todo tipo de desequilíbrios e áreas críticas: crises ecológicas, marginalidade e desemprego, desníveis no desenvolvimento de diferentes setores da econômica, exploração imperialista, etc. Isso significa que os pontos antagônicos vão ser múltiplos e que qualquer construção de uma subjetividade popular terá que começar a partir da heterogeneidade. Nenhuma limitação baseada em uma estreita noção de classe servirá a esses efeitos (:670, tradução nossa).

Outra consideração realizada por Zizek (2003a) é que a renúncia da esquerda contemporânea em lutar por alternativas possíveis ao capitalismo está pautada no temor de que a construção de projetos políticos que busquem efetivamente alterar a ordem existente, por melhor que seja, pode acabar por se transformar em um projeto protototalitário inaceitável e perigoso. Afirma Zizek que em Laclau defende-se que se a plenitude da sociedade é inalcançável deve ser possível a resolução de vários problemas parciais ao continuarmos na busca de sua plenitude impossível. Assim, de acordo com Zizek pode-se questionar se esta ideia não implica uma postura cínica de que apesar de sabermos que iremos fracassar devemos persistir na busca.

Uma possibilidade de problematização desta consideração é que, por um lado, é correto afirmar que para Laclau e Mouffé a democracia é um projeto a ser incessantemente buscado, sendo sua plenitude inacessível, já que toda objetividade será sempre precária, não sendo possível uma sociedade suturada. Por outro lado, longe desta ser uma concepção pessimista de democracia, como parece pressupor Zizek, Laclau (1996) salienta que é no reconhecimento de que nenhum projeto é inalável que se instaura a potencialidade do discurso de liberdade, pois como ninguém pode se afirmar como a consciência verdadeira do mundo, abre-se a possibilidade para várias perspectivas credíveis em um determinado momento histórico.

Dessa forma, não estaria nesta compreensão também a falha da colocação de Zizek (2003a; 2007) de que para Laclau o capitalismo é a única alternativa de sociedade possível? Como qualquer outra totalidade, para Laclau, o capitalismo também não seria um sistema não-suturado, resultante de uma formação hegemônica? Portanto, mais uma vez não parece que Laclau se pauta na defesa da impossibilidade de alteração do sistema capitalista, apesar de, sim, afirmar o perigo de um projeto totalitário, pois diante da inexistência de uma essência fundamental da sociedade, este implicaria, certamente, na ruptura da liberdade. O capitalismo para Laclau (2005b) não é uma lógica homogênea, não podendo a dominação capitalista derivar-se da sua própria forma (autodeterminar-se), uma vez que, como qualquer outra formação social, sua dominação resulta da uma construção hegemônica, ou seja, de uma sobredeterminação de elementos heterogêneos, dependendo de sua relação com o exterior. Se o capitalismo fosse uma lógica homogênea que se autodeterminasse qualquer resistência seria inútil, ao menos até que esta lógica desenvolvesse suas contradições internas, já que se constituiria fora de uma relação com o exterior, restando a nós apenas esperar por estas contradições, o que revelaria um niilismo político.

Um terceiro apontamento de Zizek (2003a) diz respeito à consideração de que Laclau não esclarece de maneira clara como ocorreu a passagem da política de classe marxista “essencialista” tradicional para a afirmação plena da contingência da luta pela hegemonia,

acarretando na dúvida se este passo evolucionista é um passo do erro ao verdadeiro discernimento; ou se a mudança do essencialismo para a contingência remete-se à condição histórica atual.

De acordo com Zizek (2003a) este é o ponto-chave de seu questionamento à Laclau: a “necessidade de se distinguir mais explicitamente entre contingência/substituição *dentro de* certo horizonte histórico e a exclusão/foraclusão mais fundamental que *sustenta este horizonte mesmo*” (:117, tradução nossa). Portanto, se a lógica da hegemonia é decorrente de uma exclusão primordial, ou uma estrutura formal da constelação ideológico-política de nosso tempo.

Segundo Zizek (2003a) “a questão última não é que um conteúdo particular hegemoniza a universalidade vazia (e, assim, na luta pela hegemonia, exclui outros conteúdos particulares); a pergunta última é: que conteúdo específico deve ser excluído para que a *forma vazia* da universalidade emergja como o “campo de batalha” pela hegemonia?” (:119, tradução nossa). Ou seja, que operação de exclusão acarretou na forma vazia do universal? Sendo necessário distinguir entre esta exclusão e as posteriores lutas hegemônicas de diferentes conteúdos que buscam preencher o universal (Zizek, 2003a; 2003c).

Assim, para Zizek (2003a) o caráter contingente da lógica hegemônica e a afirmação de um núcleo traumático são correlativos, pois a luta pela hegemonia só se faz possível, mediante a uma repressão primordial anterior que possibilitou a forma vazia do universal, devendo-se distinguir estes dois níveis da luta hegemônica.

Diante disso, Zizek (2003b) ressalta que sua ideia “não é que a economia (a lógica do capital) seja uma sorte de “âncora essencialista” que de alguma maneira “limita” a luta hegemônica; ao contrário, é sua *condição positiva*; cria o fundo mesmo sobre o qual pode se desenvolver a “hegemonia generalizada” (:319, tradução nossa).

Com relação a esta consideração de Zizek (2003a) sobre o ponto-chave de questionamento a Laclau, podemos pensar duas possibilidades a partir das colocações de Laclau e Mouffe. A primeira é que esta mudança de perspectiva da política de classe marxista “essencialista” tradicional para a afirmação plena da contingência da luta pela hegemonia, em parte, emergiu das condições históricas construídas nas sociedades contemporâneas como: o rompimento dos marcos de certeza da sociedade com a revolução democrática (por exemplo, a negação do poder como encarnado na figura do príncipe ou numa autoridade transcendente, fazendo dele um “lugar vazio”); o aumento da intervenção do Estado em todos os âmbitos da vida social (por exemplo, as políticas de patologização ou prevenção da sexualidade), ampliando as possibilidades da luta política para as diferentes relações sociais; a compreensão da finitude humana e, assim, da incapacidade dos seres humanos em dominar racionalmente o processo histórico. O que pode indicar que “a mudança do essencialismo para a contingência remete-se à condição sócio-histórica atual”.

Por outro lado, Laclau e Mouffe abordam a contingência das lutas políticas, a partir da crítica da noção de contradição entre força produtiva e relação de produção na obra de Marx e da revisão da noção de hegemonia na tradição marxista. Com relação à noção de contradição, demonstram ser ela insuficiente para a emergência da luta política, pois apesar de ser possível conceber o proletariado como produto do desenvolvimento capitalista, isso apenas permite explicar a emergência do proletariado como parte da sociedade, mas não como sujeito emancipatório (Laclau, 1993a; Laclau, 1996). Com relação à revisão da noção de hegemonia, demonstram que teóricos marxistas não conseguiram solucionar uma importante ambiguidade

teórica: aquela de reconhecer a existência de uma pluralidade de antagonismos não restritos à esfera econômica, mas, ao mesmo tempo, limitar a contingencialidade da emergência destes antagonismos pela afirmação de um fundamento ontológico último, a do sujeito hegemônico como um sujeito de classe (Laclau & Mouffe, 1985).

Como afirma Laclau (2006) as dificuldades no pensamento marxista começaram quando a visão marxista do destino da sociedade capitalista – ou seja, o postulado da simplificação da estrutura social – começou a apresentar inconsistências tanto no nível teórico quanto no que se refere ao que estava se observando na sociedade:

a estrutura social, longe de ser mais homogênea, tornou-se mais complexa e diversificada; mesmo dentro da classe trabalhadora, as divisões entre luta econômica e luta política se tornaram cada vez menos manejáveis politicamente. Nesta situação, a reação inicial foi tentar manter as linhas básicas da teoria clássica, mas multiplicar o sistema de mediações que, enquanto se convertia na garantia de sua validade última, assumia a tarefa heroica de homogeneizar o heterogêneo (:661-662, tradução nossa).

Para responder a estas inconsistências no marxismo, segundo Laclau (2006), é necessário que se reconheça como única alternativa “aceitar a heterogeneidade ao pé da letra, sem tentar reduzi-la a qualquer tipo de homogeneidade oculta ou subjacente, e abordar a questão de como pode ser possível uma determinada totalização que seja, contudo, compatível com uma heterogeneidade irreduzível.” (:662, tradução nossa).

As insuficiências nos postulados do marxismo podem apontar, desta forma, que a mudança do essencialismo para a contingência não se trata apenas da condição histórica presente, seria também “um passo do erro ao verdadeiro discernimento”. Entretanto, talvez o que se configura nesta passagem do “erro” ao “discernimento” não é que os teóricos marxistas não tinham o “discernimento” do “erro”, mas preferiram, diante do hiato entre a teoria marxista e a observação da realidade, “expandir o futuro” e “contrair o presente” – lembrando Santos (2002) – apostando mais em proposições teóricas abstratas do que nas possibilidades e condições históricas presentes.

Caso se queira retornar à Marx pode-se argumentar ainda que Laclau e Mouffe (1985) reconhecem a historicidade dos textos de Marx e, desta forma, suas limitações para analisar o social após várias transformações históricas vividas pela sociedade ocidental capitalista, o que não implica a total negação destes textos, sendo esta a razão de afirmarem ser o projeto democrático radical e plural um projeto pós-marxista.

Laclau e Mouffe (1985) apontam que o pensamento de Marx foi construído num contexto em que se extinguia o último momento da História em que os limites antagonistas entre duas formas de sociedade podiam ser apresentados *a priori*, de maneira independente às articulações hegemônicas, já que as posições dos indivíduos eram fixadas no interior de um sistema fechado: a oposição povo / antigo regime. Ou seja, a intervenção de Marx para os autores ocorreu num momento em que a divisão do campo social em povo/antigo regime já não se sustentava, sendo incapaz de abarcar a complexidade e pluralidade das sociedades capitalistas industriais, levando então Marx a estabelecer um novo princípio da divisão social: a confrontação entre classes.

Pode ser que as considerações de Laclau e Mouffe referente à crítica à lógica da necessidade no marxismo e à afirmação da contingência como fundamento da análise social

seja melhor compreendida em torno da busca de uma “construção do futuro” e “ampliação do presente”.

Contribuições da Teoria Democrática Radical e Plural para a Psicologia Política e para um Projeto para a Esquerda

As considerações às críticas de Zizek apontam que para ele a mudança social parece girar em torno da existência de um fundamento último da luta política (economia) e, conseqüentemente, do privilégio da luta de classe. Diante disso que afirma Zizek (2003b) que os verdadeiros utopistas não são aqueles que defendem outras possibilidades ao capitalismo, mas sim os que apóiam mudanças dentro do horizonte democrático liberal, acreditando que conseguirão algo além de uma “cirurgia estética que nos dará um capitalismo com rosto humano” (:327, tradução nossa).

Segundo Zizek (2003b) a esquerda possui duas opções na atualidade:

ou aceita o horizonte democrático liberal predominante, e empreende uma batalha hegemônica *dentro dele* [disputando o conteúdo da Nova Ordem Mundial capitalista global], *ou arrisca o gesto oposto de rechaçar seus termos mesmos, de rechaçar diretamente a chantagem liberal atual de que propiciar qualquer perspectiva de mudança radical é o mesmo que o caminho ao totalitarismo* (:327, itálico no original, tradução nossa).

A proposta de Laclau e Mouffe de um projeto democrático radical e plural, como já pudemos perceber, não pode ser localizada no que Zizek compreende como uma batalha hegemônica dentro do horizonte democrático liberal predominante, significando apenas construir “um capitalismo com rosto mais humano”. Como afirmam Laclau e Mouffe (1985),

todo projeto de democracia radical necessariamente inclui a dimensão socialista – a abolição das relações capitalistas de produção; mas rejeita a ideia de que desta abolição necessariamente se suceda a eliminação das outras desigualdades. Em conseqüência, o descentramento e a autonomia dos diferentes discursos e lutas, a multiplicação de antagonismos e a construção de uma pluralidade de espaços dentro dos quais eles próprios podem se afirmar e desenvolver, são as condições *sine qua non* da possibilidade que diferentes componentes do ideal clássico do socialismo possam ser alcançados (:192, tradução nossa).

Por outro lado, diante destas condições *sine qua non*, ao compreenderem a mudança social como um projeto que gira em torno da construção hegemônica, enfatizando a contingência nas relações sociais, Laclau e Mouffe posicionam-se contrariamente a teorias totalizantes e, assim, à afirmação a priori de uma luta privilegiada, da centralidade do espaço político, de uma teleologia da história. Diferenciam-se, claramente, do que Laclau (2006) chamará do ultra-esquerdismo de Zizek, caracterizado pela ausência da compreensão da construção hegemônica da luta política:

A ideia de hegemonização das demandas em um novo bloco popular é rechaçada como questão de princípio [por Zizek]. Somente uma confrontação violenta, frontal com o inimigo é concebida como ação legítima. Somente uma posição de total exterioridade com

a situação presente pode garantir a pureza revolucionária. Está assim a um passo de fazer da exterioridade como [qua] exterioridade o supremo valor político e defender a violência pela violência. A seguinte passagem demonstra que não há nada de “ridiculamente malicioso” em minha sugestão de que Zizek não está longe de tomar aquele passo: “A única possibilidade ‘realista’ é estabelecer uma nova universalidade política optando pelo impossível, assumindo plenamente o lugar da exceção, com nenhum tabu, nem normas a priori (‘direitos humanos’, ‘democracia’), o respeito pelas quais nos impediria também ‘ressignificar’ o terror, o exercício implacável do poder, o espírito de sacrifício... se esta escolha radical é descrita por alguns liberais de coração mole como Linksfaschismus [relativo ao fascismo], que seja isso!” [Zizek, 2000:326]” (Laclau, 2006:679, tradução nossa).

Na proposta de um projeto democrático de Laclau a categoria *deslocamento* ganha centralidade, tanto no que tange ao caráter deslocado de toda identidade, no sentido desta se construir na dependência de um exterior que é, ao mesmo tempo, possibilidade e impossibilidade de sua existência; quanto no que diz respeito à condição de deslocamento de toda objetividade, ao exigir rápidas e contínuas rearticulações por estar sempre sob uma ameaça constante (Laclau, 1993a).

Esta centralidade da categoria deslocamento propicia uma maior consciência da contingencialidade dos discursos, um crescimento do papel dos sujeitos na história, afastando-se da ideia de pré-determinação da história. Também possibilita a compreensão da estrutura como descentrada, o que não significa a ausência de um centro, muito pelo contrário, significa a proliferação de centros de poder com distintas capacidades de influencia e estruturação.

Assim, este projeto democrático radical e plural pode ser compreendido como base para um otimismo radical, pois:

se as relações sociais são contingentes, isso significa que podem ser radicalmente transformadas através da luta, em lugar de conceber esta transformação como uma autotransformação de caráter objetivo; se o poder não é erradicável é porque existe também uma radical *liberdade* que não está limitada por nenhuma essência; se a opacidade é constitutiva do social, isto é precisamente o que faz possível o acesso a verdade concebida como desvelamento (Laclau, 1993a:52, tradução nossa).

Diante disso, segundo Laclau (1993a), a democracia radical distingue-se da teoria marxista clássica em dois aspectos: a) apesar de ambas focarem nos desajustes e deslocamentos produzidos pelo desenvolvimento capitalista, enquanto para o marxismo clássico os deslocamentos têm um sentido objetivo, sendo parte de um processo que apresenta uma direção determinada, assim, o sujeito da mudança é sempre predeterminado por este processo; para a democracia radical, o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento, sendo não uma determinação da estrutura, e sim resultante da impossibilidade de se constituir a estrutura como tal; b) para o marxismo clássico a condição para se transcender o capitalismo era a simplificação da estrutura social e a emergência de um agente privilegiado de mudança histórica, enquanto para a democracia radical a transformação socialista e democrática só se faz possível diante da proliferação de novos sujeitos de mudança, somente propiciada se existir condições de existência no capitalismo que permita uma pluralidade de novos antagonismos.

Cabe ressaltar que diante da inexistência de um fundamento subjacente à história, de um sujeito político predeterminado e, assim, da impossibilidade de uma objetividade plena, a noção de reificação e de falsa consciência, presentes no marxismo ortodoxo, não tem lugar na perspectiva de Laclau. O processo de nomeação do universal a partir de uma relação equivalencial, ou em outros termos, a “elevação de um objeto à dignidade da Coisa”, que caracteriza qualquer relação política, ao entender esta como uma relação hegemônica, não se trata de uma distorção ideológica a ser revertida em nome de uma verdadeira consciência, mas simplesmente de uma construção contingente da consciência.

Como afirma Laclau (2006), contrapondo-se à compreensão de Žizek de que a nomeação do universal a partir de uma relação equivalencial trata-se de um processo de reificação:

Esta constituição da unidade simbólica do campo popular – e de seu correlato, a unificação simbólica do regime opressor através de meios discursivos/equivalências similares – é o que Žizek sugere que devemos conceber como reificação. Mas ele está completamente equivocado. Na reificação nós temos, como nós temos visto, uma inversão na relação entre expressão verdadeira e distorcida, enquanto aqui a oposição verdadeiro/distorcido não tem nenhum sentido; dado que o nexos equivalencial é estabelecido entre demandas radicalmente heterogêneas, sua ‘homogeneização’ mediante um significante vazio é uma simples *passage à l’acte*, a construção de algo essencialmente novo e não a revelação de nenhuma identidade ‘verdadeira’ subjacente. É por esta razão que em meu livro insisti que o significante vazio é um nome puro que não pertence à ordem conceitual. Então não existe nenhuma questão de consciência ‘verdadeira’ ou ‘falsa’. Como no caso da perspectiva psicanalítica – a elevação de um objeto à dignidade da Coisa; como no caso da significação – onde nós temos a presença de um termo figurado que atua como uma catacrese, devido nomear e, dessa forma, conferir presença discursiva a um vazio essencial dentro de uma estrutura de significação; nós temos em política também a constituição de um novo agente – povo, em nosso sentido – através da articulação entre lógicas equivalenciais e diferenciais. Estas lógicas envolvem encarnações figurativas que resulta de uma *creatio ex nihilo* que não pode ser reduzida a nenhuma literalidade precedente ou última. Então esqueça a reificação. (:653, tradução nossa).

A crítica ao marxismo, segundo Laclau (1993b) não somente auxilia na compreensão das lutas políticas que emergiram pós-II Guerra Mundial, mas também garante ao marxismo sua dignidade teórica, reconhecendo suas limitações e sua historicidade, de modo a permitir que ele permaneça assim presente em nossa cultura política.

Além disso, a crítica ao sujeito universal no marxismo e a defesa do necessário reconhecimento de pluralidade de antagonismos políticos contingentes na construção democrática, não significa opor radicalmente as lutas operárias e as lutas dos novos movimentos sociais, uma vez que ambas pautam-se na busca de obtenção de novos direitos ou na luta contra a negação de alguns direitos. Como afirma Mouffe (1988), a dicotomia entre classe trabalhadora e movimentos sociais é uma dicotomia estéril, desde que se reconheça “que os trabalhadores não podem ser reduzidos a sua posição de classe e estão inseridos em outros tipos de relações sociais que formam outras posições de sujeito” (:98, tradução nossa), bem como que o desenvolvimento do capitalismo e o aumento da intervenção do Estado em todos os âmbitos da vida social ampliaram as possibilidades da luta política e estendeu os efeitos da revolução democrática para as diferentes relações sociais.

Por fim, cabe enfatizar que este projeto democrático radical e plural não significa o abandono do “universal” ou a defesa da dissolução das lutas políticas a meros “particularismos”, mas a necessidade de se compreender que não se pode escolher uma destas lógicas em detrimento de outra, uma vez que a emancipação exige, ao mesmo tempo, a afirmação do universal por uma parte da sociedade e o reconhecimento da “brecha” existente em todo universal (Laclau, 1996).

Desta forma, de acordo com Laclau (1996), a emancipação está ligada completamente ao destino do universal, sendo que a emergência deste se encontra numa identidade particular, a qual, mesmo sendo a totalidade impossível, busca o universal como uma coisa que está ausente, assumindo o particular um papel universal, o qual será sempre precário e não-suturado. O universal não tem conteúdo próprio, sendo uma plenitude vazia; o universal não pode emergir fora do particular, uma vez que é a transformação de um conteúdo particular no elemento universal; o universal é um significante vazio que não pode ser determinado nem pela análise da parte em si própria que passou a significá-lo, nem pelo universal, sendo a relação entre a particularidade e a universalidade uma relação hegemônica e, portanto, dependente de um contexto de antagonismo.

A relação entre o universal e o particular concebida desta maneira, segundo Laclau (1996), baseada na negação e pressuposição da totalidade, é a possibilidade da democracia, pois é o que permite que diferentes grupos busquem assumir a tarefa universal, mas como nunca a alcançam completamente, possam ser substituídos por grupos alternativos.

Compreender a mudança social a partir da teoria democrática radical e plural contribui para a psicologia política na medida em que o modo que se concebe a constituição do sujeito político, a relação entre universal e particular e entre necessidade e contingência permite reconfigurar noções importantes para este campo de conhecimento, como emancipação, direitos, sujeito, político, política. Assim, auxilia-nos na análise da construção de estratégias políticas no contexto histórico contemporâneo, não reproduzindo o hiato presente na análise das ações coletivas nas ciências humanas entre estrutura e agência, indivíduo e sociedade, condições objetivas e subjetivas (Sandoval, 1989, 1997), enfocando a proliferação de novos sujeitos políticos, a contingência das relações sociais e o papel dos sujeitos políticos na história.

Na crítica e abandono das ontologias afirma Laclau (1996) que “talvez possamos dizer que hoje nós estamos no fim da emancipação e no começo da liberdade” (:18, tradução nossa). Cabe sabermos como se articulam as diferentes identidades políticas no mundo contemporâneo. Pode ser esta a questão primordial de nosso tempo para refletirmos sobre um projeto para a esquerda e não aquela que busca incessantemente encontrar a razão da emergência do “vazio”, a “exclusão primordial”. Afinal, se esta busca não nos leva à “armadilha da política marginalista” pode ser que nos leve mais uma vez à pergunta incansável pelas origens, fazendo com que acabemos por desperdiçar as experiências do presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Dorna, Alejandro. (2002). La psicología política, ausencia de proyectos políticos y la crisis de las ciencias sociales. *Psicología Política*, 24, 31-44.
- Howarth, David., & Stavrakakis, Yannis (2000). Introducing discourse theory and political analysis. Em David Howarth; Arletta, Norval; Yannis Stavrakakis (Orgs.), *Discourse theory and political analysis: Identities, hegemonies and social changes* (pp. 1-23). Manchester/ Nova York: Manchester University Press.
- Laclau, Ernesto. (1993a). Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. Em Ernesto Laclau. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* (pp. 19-99). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Laclau, Ernesto. (1993b). Posmarxismo sin pedido de disculpas (con Chantal Mouffe). Em Ernesto Laclau. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* (111-145). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Laclau, Ernesto. (1996). Beyond Emancipation. Em Ernesto Laclau. *Emancipation(s)* (pp. 1-19). Londres/Nova York: Verso.
- Laclau, Ernesto. (2003) Estructura, historia y lo político. Em Judith Butler; Ernesto Laclau; Slavoj Žižek (Orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad*. Diálogos contemporáneos en la izquierda (pp. 185-214). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Laclau, Ernesto. (2005a). El pueblo e la producción discursiva del vacío. Em Ernesto Laclau. *La Razón Populista* (pp. 91-161). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Laclau, Ernesto. (2005b). Comentarios finales. Em Ernesto Laclau. *La Razón Populista* (pp. 277-310). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Laclau, Ernesto. (2006). Why Constructing a People Is the Main Task of Radical Politics. *Critical Inquiry*, 32(4), 646-680.
- Laclau, Ernesto., & Mouffe, Chantal. (1985). *Hegemony and Socialist Strategy*. Towards a radical democratic politics. London/New York: Verso.
- Montero, Maritza. (2009). Para qué psicología política? *Revista Psicología Política*, 9(18), 199-213.
- Montero, Martiza., & Dorna, Alejandro (1993). La psicología política: una disciplina en la encrucijada. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 25(1), 7-15.
- Mouffe, Chantal. (1988). Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy. Em Cary Nelson & Lawrence Grossberg (Orgs.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 89-104). Chicago, USA: University of Illinois Press.
- Mouffe, Chantal. (2000). *The democratic paradox*. Londres/Nova York: Verso.
- Prado, Marco Aurélio Máximo (2001). Psicología política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. *Revista Psicología Política*, 1(1), 149-172.
- Prado, Marco Aurélio Máximo (2007). Fronteiras negadas: contribuições da psicologia política para a compreensão das ações políticas. Em Cláudia Mayorga & Marco Aurélio Máximo Prado (Orgs.), *Psicologia social – articulando saberes* (pp. 99-111). Belo Horizonte: Autêntica.

- Rosa, Leandro., & Silva, Alessandro S. (2012). A psicologia política: um breve olhar sobre as Américas. Em Marco Antônio Bettine de Almeida; Alessandro Soares da Silva; Felipe Corrêa (Orgs.), *Psicologia Política*. Debates e embates de um campo interdisciplinar (pp. 10-34). São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP.
- Sandoval, Salvador Antonio Mireles. (1989). A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, 34, 122-129.
- Sandoval, Salvador Antonio Mireles. (1997). O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. Em Louis A. Lhullier; Leôncio Camino; Sandoval, Salvador Antonio Mireles (Orgs.), *Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa* (pp. 13-23). Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Santos, Boaventura de Sousa. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.
- Zizek, Slavoj. (2003a). ¿Lucha de clases o posmodernismo?! Sí, por favor! Em Judith Butler., Ernesto Laclau., & Slavoj Zizek (Orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad*. Diálogos contemporáneos en la izquierda (pp. 95-140). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Zizek, Slavoj. (2003b). Mantener el lugar. Em Judith Butler., Ernesto Laclau., & Slavoj Zizek (Orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad*. Diálogos contemporáneos en la izquierda (pp. 307-328). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Zizek, Slavoj. (2003c). *Da Capo senza Fine*. Em Judith Butler., Ernesto Laclau., & Slavoj Zizek (Orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad*. Diálogos contemporáneos en la izquierda (pp. 215-262). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Zizek, Slavoj. (2007). La subjetivación política y sus vicisitudes. Em Slavoj Zizek. *El espinoso sujeto*. El centro ausente de la ontología política (pp. 183-259). Buenos Aires: Paidós.

• Recebido em 05/08/2012.

• Aceito em 17/12/2012.